

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

FERNANDA DE MELO BARCELOS

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.**

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011.

FERNANDA DE MELO BARCELOS

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE DEFICIÊNTES FÍSICOS
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciatura no curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. (a) Maria Neiva Mezari Borges

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011.

FERNANDA DE MELO BARCELOS

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE DEFICIÊNTES FÍSICOS NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciatura, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Especial.

Criciúma, 28 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Neiva Mezari Borges - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Victor Julierme S. Conceição-Mestre - (UNESC)

Prof. Patrícia Santana Dias-Especialista - (REDE MUNICIPAL)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho principalmente a minha mãe Jovenete Barbosa de Melo, ao meu pai Enio Barcelos (em memória) e ao meu esposo Jerry Adriani Possamai, que me apoiaram e me deram forças para a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me abençoado e me protegido para que fosse possível chegar até aqui, a ele que me deu toda a força e coragem para lutar pelos meus objetivos mesmo com todas as dificuldades encontradas no caminho e que me mostrou que ser professor e poder ensinar, é algo maravilhoso.

Agradeço a minha família por ter participado desta conquista, me apoiando e dando força em todos os momentos. De maneira especial agradeço a minha mãe Jovenete Barbosa de Melo que me incentivou a ir em busca deste sonho, nunca desistindo nem nos momentos mais difíceis, lutando a cada dia para tornar possível o que antes era apenas um sonho. Agradeço ao meu pai Enio Barcelos que apesar de ter falecido quando eu ainda era uma menina, sempre este presente em meus pensamentos, e hoje com orgulho posso dizer que realizei seu desejo de ter uma filha formada.

Agradeço ao meu marido Jerri Adriani Possamai, que por todos estes anos estive do meu lado, me incentivando, dando forças, participando de cada momento da minha vida, a ele que me deu o presente de formatura mais lindo que poderia receber, meu filho.

Em especial agradeço a minha madrinha e tia Mariluz Barbosa de Melo Gomes e ao meu tio Marcos Barbosa de Melo, que sempre estiveram presentes quando precisei.

Agradeço aos meus colegas de turma, que por muitas vezes tiveram que exercer o dom da paciência comigo, por ter me esclarecido as minhas dúvidas e pelas amizades construídas durante a minha graduação.

Agradeço aos meus professores que durante estes quatro anos compartilharam comigo o seu conhecimento, me proporcionando outra visão do mundo, mais aberta e mais clara sobre tudo que nos envolve. Agradeço em especial a professora Maria Neiva Mezari Borges, por me ajudar na realização deste trabalho e por ser uma professora dedicada a ajudar a todos que peçam a sua ajuda.

Agradeço a Patrícia Santana Dias e a Victor Julierme S. Conceição, por fazerem parte deste momento tão importante para mim sendo a minha banca.

“As ações educativas inclusivas que propomos têm como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula”.

David Rodrigues

RESUMO

Este trabalho tem como tema: Acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas aulas de Educação Física no município de Sombrio. Tendo como objetivo geral do estudo: Analisar a infra-estrutura das escolas públicas de ensino regular do município de Sombrio no que se refere à acessibilidade para os alunos com deficiência física. E a partir do objetivo geral traçamos os seguintes objetivos específicos: conhecer as dificuldades relacionadas à inclusão; analisar os recursos arquitetônicos que facilitam o ingresso de alunos deficientes físicos nas aulas de Educação Física. A presente pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo e como pesquisa descritiva. O instrumento para a coleta de dados foi um questionário com oito perguntas de respostas fechadas aplicada a sete colaboradores, são eles professores de Educação Física que atuam em três escolas públicas do município de Sombrio. A análise de dados foi feita com base nas respostas, aproximando o mesmo com o referencial teórico deste trabalho, tendo como principais itens a arquitetura escolar, a acessibilidade presente ou não nas escolas, o incentivo à participação de alunos com deficiência ou necessidades especiais nas aulas de Educação Física e os direitos destes alunos no dia - dia da escola se estão sendo cumpridos. A partir do questionário realizado com os professores constatou-se que estes possuem dificuldades em lecionar com alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, pois segundo os professores à falta de capacitação sobre o tema torna difícil o ensino-aprendizagem dos alunos, além de não ser fornecido material adaptado para alunos com deficiência ou necessidades especiais para que estes possam participar das práticas da aula de Educação Física e pelo número excessivo de alunos por turma.

Palavras - chaves: Deficiência física. Direito de pessoas com deficiência. Acessibilidade. Educação inclusiva. Alunos com necessidades educacionais especiais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEC – Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Criciúma

ICF – Classificação Internacional de Funcionalidade

LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial d Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Conhecendo a Deficiência Física.....	12
2.1.1 Principais tipos de deficiência física	15
2.1.2 Algumas atitudes que fazem a diferença	16
2.2 Os Direitos dos Indivíduos com Deficiência Física	17
2.2.1 Definição de Deficiência Física	19
2.2.2 O Direito a uma educação de qualidade.....	21
2.2.3 Direito a cultura, esporte, lazer, turismo e recreação	22
2.2.4 O Direito a acessibilidade.....	25
2.3 Acessibilidade Arquitetônica	25
2.3.1 Acessibilidade: Espaço físico e principais adaptações.....	29
2.3.2 Acessibilidade: Quebrando barreiras.....	31
2.4 Inclusão ou Integração	32
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1 Caracterizações da pesquisa	37
3.2 Sujeitos.....	37
3.3 Instrumentos.....	37
3.4 Procedimentos de coleta de dados.....	38
3.5 Procedimentos de Análise de Informações.....	38
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
5. CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE.....	51
ANEXOS.....	54

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão da “Acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas aulas de Educação Física no município de Sombrio” e foi escolhido, pois no ano de 2010 lecionei pela primeira vez com o ensino especial e durante minha atuação como professora, senti a necessidade de estar aprofundando meus conhecimentos sobre a educação especial e também pelo fato de ter me identificado profissionalmente com esta área de ensino.

Este trabalho busca analisar as características da deficiência física a fim de compreender melhor suas dificuldades e limitações dentro do ambiente escolar, procuramos entender também sobre a questão da acessibilidade espacial no sentido de compreender quais as modificações arquitetônicas seriam necessárias para a inclusão completa do aluno com deficiência física ao ambiente escolar, traçamos algumas leis que amparam o direito de ir e vir de alunos com deficiência física e procuramos identificar as dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física ao lecionar com alunos com deficiência física nas escolas de ensino regular do município de Sombrio-SC.

Nesse sentido, se faz necessário analisar as condições relatadas pelos professores de Educação Física nas escolas públicas do município de Sombrio-SC, a fim de constatar se há um cumprimento destas leis no dia a dia das escolas, referente à acessibilidade espacial aos alunos com deficiência e as dificuldades encontradas pelos professores de atuar nestas escolas com alunos com deficiência.

Tendo com base as questões discutidas acima optamos pelo seguinte tema: Acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas aulas de Educação Física no município de Sombrio. E como Problema: quais as implicações para os deficientes físicos quando o assunto é acessibilidade.

As questões norteadoras foram desta formas construídas: Quais as leis que amparam os deficientes físicos a ter acessibilidade nas escolas e a que elas dão direito? Quais as dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física para incluir os alunos com deficiência física nas suas aulas? Quantos alunos com deficiência física encontram-se atualmente nas escolas do município de Sombrio? Quantas escolas do município de Sombrio estão aptas a receber alunos com deficiência com total acessibilidade?

Apresentamos a seguir o objetivo geral do estudo: Analisar a infra-estrutura das escolas públicas do município de Sombrio no que se refere à acessibilidade para os alunos com deficiência física. E a partir do objetivo geral traçamos os seguintes objetivos específicos: conhecer as dificuldades relacionadas à inclusão; analisar os recursos arquitetônicos que facilitam o ingresso de alunos deficientes físicos nas aulas de Educação.

No primeiro capítulo abordamos o tema sobre o conhecimento da deficiência física, e algumas atitudes que nós podemos ter que fazem grande diferença no dia-dia de indivíduos que tem deficiência ou necessidades especiais; no segundo capítulo abrangemos o assunto quanto aos direitos destes indivíduos com deficiência, direitos como a acessibilidade espacial, direitos a cultura, turismo, lazer, esporte, recreação e a uma educação de qualidade; no terceiro capítulo estamos falando sobre a acessibilidade arquitetônica para estes alunos com deficiência física, mostrando algumas adaptações que tornam um ambiente mais acessível para que eles tenham mais autonomia e para quebrar as barreiras; no quarto capítulo procuramos mostrar o conceito de inclusão e integração segundo a visão de alguns autores e buscando fazer uma análise da atuação destas perspectivas nas escolas.

Buscamos com estes capítulos apresentar as dificuldades encontradas por uma pessoa com deficiência física nas escolas de ensino regular, mostramos que a presença de indivíduos com deficiência na escola regular não é uma “caridade” ou um ato de bondade por parte da escola, e sim, um direito que estes têm como qualquer pessoa de ir e vir, o direito a usufruir como qualquer pessoa de uma educação de qualidade, de participar de atividades de lazer, de recreação, entre outras. Sendo assim nenhuma escola pode negar matrícula a um aluno por causa da sua deficiência, e uma vez que este aluno faça parte da escola, buscamos mostrar que esta se não for acessível deve se adaptar para tornar-se acessível, de forma a receber todos os alunos independentemente de raça, gênero, nacionalidade, classe social, deficiência ou outros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONHECENDO A DEFICIÊNCIA FÍSICA

Schirmer (2007) relata que o nosso sistema nervoso tem a responsabilidade de coordenar e controlar a maior parte do nosso corpo. É ele que recebe as várias informações dos nossos órgãos sensoriais e depois determina qual a ação que deverá ser executada pelo corpo, assim agindo em áreas como a fala, a ação motora, a mentalidade (raciocínio), entre outras áreas.

Estas experiências sensoriais podem ter reação imediata ou ser armazenada na memória, onde podem ficar por dias, semanas, meses, e até anos, permanecendo lá até serem utilizadas. Recebemos varias informações mas retemos somente aquilo que nos interessa. MEC (2003 apud SCHIRMER, 2007, p. 16):

Piaget afirma que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se da à formação das estruturas cognitivas "organismo com sua bagagem hereditária em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas".

Continuando o documento

Dessa maneira as ações da criança sobre o meio: fazer coisas, brincar e resolver problemas pode produzir formas de pensar e conhecer mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca.

A criança ainda na sua 1ª etapa do desenvolvimento especializa e aumenta seu repertório de relações e expressões através das sensações e movimentos. Sensações estas com significado afetivo e intelectual, que são armazenadas, utilizadas, reutilizadas e percebidas em novas relações, desta forma formam um banco de dados, que no futuro serão retomados em procedimentos mais complexos e abstratos.

Sobre este assunto Camargo (1994 apud SCHIRMER, 2007, p. 16) diz:

Desde o nascimento, o cérebro infantil esta em constante evolução através de sua inter-relação com o meio. A criança percebe o mundo pelos sentidos, age sobre ele, e esta interação se modifica durante a evolução, entendendo melhor, pensando de modo mais complexo, comportando-se

de maneira mais adequada, com maior precisão prática, à medida que domina seu corpo.

Neste sentido a criança com deficiência física não está num mundo à parte para o desenvolvimento de suas habilidades motoras. É necessário que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual pertence. Desta forma é muito mais significativo para a criança falar se ela tem com quem conversar. Neste pensamento é mais significativo para a criança andar se estiver garantido o seu direito de ir e vir.

No ambiente escolar as crianças se sentem mais motivadas a se comunicar, a se locomover, entre outras habilidades. Para Rodrigues (2006, p. 184) "O exercício de pensar sobre a escola, olhando-a na frente e no verso, é sempre instigante e surpreendente, porque queremos saber cada vez mais o que ela esconde, quando se deixa entrever". Podemos constatar que é exatamente isto que acontece com o aluno com deficiência física que se encontra em condições acessíveis em uma escola, quanto mais ele descobre sobre ela, mais este tem curiosidade em descobri-la.

"A criança é a possibilidade de que esse amanhã seja melhor, desde que não abandonemos e a excluamos, com tudo de novo e surpreendente, na originalidade de seu ser na singularidade imprevista de seu viver". (ARENDDT, 1997 apud RODRIGUES, 2006, p. 185). A inclusão é a oportunidade que a criança com deficiência física tem de não estar à parte realizando atividades condicionadas e sem sentido.

A plasticidade neural, que é uma importante característica do sistema nervoso, tem a habilidade de formar ou alterar a forma e funcionamento a partir da demanda ou exigência do meio. Este funcionamento acontece de forma normal no desenvolvimento das pessoas e assim também em caso de pessoas que retomam seu desenvolvimento, após sofrerem agressões e lesões neurológicas. Sendo que a qualidade de oportunidades e vivências da criança acelerará ou retardará sua evolução. Também influenciam as questões genéticas e ambientais, neste caso haverá diferenciações entre indivíduos e grupos de indivíduos com características genéticas distintas.

Os fatores ambientais durante o desenvolvimento humano estarão instigando e provocando o desenvolvimento dos centros neurológicos que vão se organizando e reorganizando a parte desta demanda. No caso de pessoas que sofrem lesões

neurológicas haverá uma reorganização para a retomada de tarefas perdidas ou aprendido.

Com isto deveremos estimular os “centros de controle” a reorganizarem-se para assumir a função da parte lesada, neste caso a quantidade e a qualidade de estímulos realizados a crianças possibilitará o desenvolvimento máximo de suas potencialidades.

A abordagem pedagógica para as crianças com deficiências múltiplas na educação infantil enfatiza o direito de ser criança, poder brincar e viver experiências significativas de forma lúdica e informal. Assegura ainda o direito de ir à escola, apreender e construir o conhecimento de forma adequada e mais sistematizada, em companhia de outras crianças em sua comunidade. (MEC, 2003 apud SCHIRMER, 2007, p. 18)

O ambiente escolar promove desafios de aprendizagem e a criança deve ser colocada em situações desafiadoras, para que com isto ela se estimule a responder estes desafios e desenvolver habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas. Privá-la de seu convívio na escola é impedir o seu desenvolvimento.

Quanto à questão da inclusão de crianças com deficiência à escola, Rodrigues (2006, p. 186) coloca que:

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular, e desconsideram os benefícios que essa inovação educacional propicia à educação dos alunos em geral.
Com isso não evoluem as iniciativas que visam à adoção de posições/medidas inovadoras para a escolarização de todos os alunos, nas escolas comuns de ensino regular, assim como as que se referem aos serviços educacionais especializados – ensino especial.

Segundo este pensamento, observamos que a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular, muitas vezes devido à pré-conceitos, entre outros, faz com que esta inclusão não passe de uma integração destes alunos ao ensino regular, transformando a ação da inclusão em apenas um cumprimento da lei e não uma ação de igualdade para todos e de possibilidades adversas como deveria ser, visto que é perceptível a evolução destas crianças quando incluídas no ambiente escolar.

Esse quadro situacional perpetua desmandos e transgressões ao direito à educação e a não-discriminação que algumas escolas e redes de ensino estão praticando, por falta de um controle efetivo dos pais, das autoridades de ensino e da justiça em geral. Por outro lado, temos avançado do ponto de vista legal, e há novos caminhos pedagógicos que nos permitem retrair a trajetória de nossas escolas, norteados pela inclusão. (RODRIGUES, 2006, p. 186)

Uma das diferenças entre o bebê com deficiência física e outro, é a impossibilidade de deslocar-se espontaneamente, privando-se de algumas experiências sensoriais. Justifica-se então, a importância de uma estimulação precoce, favorecendo que ele tenha uma relação rica com os outros e com o meio. A creche neste caso vai possibilitar a criança, o convívio com outras crianças de mesma idade, com as brincadeiras corporais, as experiências sensoriais, as músicas, as histórias, as formas, as cores, a noção de tempo e espaço e o afeto.

Neste sentido é possível observar que o convívio com outras crianças (indivíduos), faz grande diferença na aprendizagem, desde o primórdio da vida humana, tanto para crianças “normais”, quanto para as que possuem alguma deficiência.

“As ações educativas inclusivas que propomos têm como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula”. (RODRIGUES, 2006, p. 192)

2.1.1. Principais tipos de deficiência física

Segundo Brasília (2001) os principais tipos de deficiência física são:

Amputação, poliomielite, traumatismo crânio-encefálico (TCE), Traumatismo Raquimedular (lesão medular) [...]. O traumatismo raquimedular nada mais é do que um trauma na coluna vertebral, advindas de tumores ou má formação, atingindo a medula espinhal, podendo ser total (lesão transversal na medula) ou parcial (apenas parte da medula e lesada) [...]

Podemos constatar que são vários os tipos de deficiência física, e cada uma delas atinge algum segmento ou mais do corpo humano, com isto pode-se perceber que cada aluno com deficiência física possui uma limitação específica de acordo com sua deficiência, utilizamos então esta constatação para afirmar a necessidade

de se ter acessibilidade espacial nas nossas escolas e principalmente nas aulas de Educação Física, pois somente desta forma pode-se alcançar uma inclusão por completo, tornando o ambiente escolar acessível para todos os alunos portadores de necessidades especial, em destaque neste trabalho os deficientes físicos.

2. 1.2. Algumas atitudes que fazem a diferença

Devemos estar cientes que não adianta somente tornarmos os ambientes acessíveis, a inclusão não se faz apenas pela infra-estrutura adequada, grande parte desta inclusão se faz pelas nossas atitudes. Nosso comportamento pode transformar um ambiente que possui toda acessibilidade para pessoas com deficiência em um ambiente de exclusão destes do nosso meio. Devemos nos despir de nossos pré-conceitos e discriminações pré-estabelecidas pela sociedade. Neste sentido é importante ressaltarmos algumas atitudes indispensáveis no nosso dia-dia para que se coloque em prática a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Este presente sub-capítulo foi construído segundo CODEC (2010), alguns exemplos de mudança de atitude é a conscientização das pessoas de não parar o carro em vagas destinadas às pessoas com deficiência, ou bloquear sua passagem colocando o carro na frente da rampa de acesso da calçada, dificultando e impedindo a passagem de pessoas com deficiência num local próprio para facilitar sua passagem.

Outra atitude é não tratar a cadeira de rodas como apenas um instrumento de locomoção para o cadeirante, usando esta para se encostar, colocando pés e braços apoiados na cadeira, devemos nos lembrar de que para o cadeirante sua cadeira de rodas é uma parte integrante de seu corpo, pois é lá que ele passa a maior parte do seu tempo, por isso se apoiar na cadeira é como se estivéssemos nos apoiando na própria pessoa.

Quando estivermos conversando com um cadeirante, deficiente auditivo ou visual e iniciar uma conversa com outra pessoa não podemos nos esquecer de falar direcionado para este, não devemos deixar a pessoa com deficiência de costas para nós ou sair do ambiente sem comunicar a ela o que vamos fazer, pois pode se tornar muito constrangedor para a mesma ficar falando sozinha ou for excluída da

conversa, se permanecermos conversando com um cadeirante por alguns minutos, devemos nos sentar para ficar na altura desta pessoa.

Quando uma pessoa com deficiência nos pedir ajuda, sejamos humanos, mais caso ela dispense ajuda, não insista, pois pode se tornar constrangedor para a mesma, em casos de cadeirantes devemos utilizar algumas dicas para evitar acidentes: quando estiver em uma descida, desça com a cadeira em marcha ré, caso queira descer de frente levante a frente da cadeira para que o corpo do cadeirante não se incline para frente provocando um acidente, em uma subida coloque a cadeira de frente.

Uma das atitudes mais importantes é respeitarmos os ambientes especiais e de acesso para pessoas com deficiência e necessidades especiais, como o assento no ônibus, a vaga do carro, o atendimento preferencial, entre outros.

Em casos de pessoas que usam muletas para caminhar, devemos nos lembrar que não podemos puxá-los pela mão e nem dar aquele tapão nas costas para cumprimentar, ou então encostar a mão no seu ombro enquanto este caminha, pois estas atitudes podem levá-lo a desequilíbrio e fazê-lo cair no chão. Não devemos afastar as muletas de perto da pessoa, pois caso ela queira sair não vai ter como pegá-las, quando uma pessoa com muletas for descer uma escada, posicione-se a frente desta para que caso esta caia você possa ajudar, e quando este estiver subindo as escadas posicione-se atrás dela.

Algumas regras valem para diferentes deficiências como, por exemplo, forçar a pessoa com deficiência a fazer algo que ela não quer ou não lhe pediu ajuda para fazê-lo. Se estivermos em uma parada de ônibus e um deficiente visual nos pedir para avisá-lo quando seu transporte chegar, o faça, e caso seu transporte venha antes avise outras pessoas que estiverem no local para indicar a ele o transporte, se não houver mais ninguém, devemos nos lembrar que ele confiou em nós para ajudá-lo. E por fim não devemos nos referir as pessoas com deficiência, salientando sua deficiência, pois ninguém gosta de ser rotulado e classificado.

2.2 OS DIREITOS DOS INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Segundo Schirmer (2007) no ano de 2001 foi lançada pela OMS (organização mundial de saúde) uma classificação estimulada (ICF) classificação internacional de funcionalidade, incapacidade ou restrição e saúde. A nova classificação surge

devido a uma interação da saúde com as questões sociais. São também medidas sociais e judiciais tomadas para garantir a acessibilidade e tratamento específico aos que necessitam. Constando para devidos fins que a terminologia não define a nossa atitude perante um indivíduo com deficiência.

Se o poder público, provê acessibilidade espacial para estas pessoas e nas escolas garantir o direito de ir e vir sem barreiras de aprendizagem para estas crianças (indivíduos), estas então podem ser deficientes, sem sentir-se deficientes.

Segundo a Lei n. 7.853 (1989 apud GÓES E LAPLANE, 2007, p. 22)

Assinado pelo presidente em 1989, deixa explícito que torna-se cabível de punição, considerando crime o ato de “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta”

O indivíduo pode ter uma deficiência não significando necessariamente que este seja incapaz, sendo que a incapacidade pode ser minimizada se houver acesso no meio em que vive.

Portanto esta conceituação de deficiência serve para definirmos políticas de atendimento, recursos materiais, condições sociais e escolares, ou seja, para conhecer a necessidade do indivíduo sem discriminação. Segundo relato de Mantoan (2004 apud SCHIRMER, 2007, p. 21) que diz:

De acordo com o princípio da não discriminação, trazido pela convenção da Guatemala, espera-se que na adoção da máxima “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais” admitam-se as diferenciações com base na deficiência apenas com propósito de permitir o acesso ao direito e não para negar o exercício dele.

A lei da Guatemala, promulgada no Brasil no decreto nº 3.956 (2001 apud SCHIRMER, 2007, p. 21) deixa claro a proibição pela diferenciação que implique em exclusão ou restrição de acesso a direitos fundamentais sendo que esta diferenciação deve ser feita toda vez que esta beneficie a pessoa com deficiência. Embora reconhecessem os limites das terminologias, sabemos que estas podem nos auxiliar na busca de serviços e recursos que garantam a pessoa com deficiência sua participação na sociedade. Desta forma podemos perceber que se faz necessário a diferenciação de indivíduos que possuem deficiência para os ditos “normais”, mas somente onde se refere a implicações de modo positivo para estes

indivíduos, desta forma a realizar maiores estudos sobre as diferentes deficiências, com intuito de alcançar recursos e soluções para as diversas situações, buscar também os direitos de cidadania e o direito de ir e vir como toda pessoa dita normal.

2.2.1. Definição de deficiência física

Segundo o decreto da legislação Brasileira nº 3.298 (1999 apud SCHIRMER, 2007, p. 22) segue abaixo o conceito de deficiência e de deficiência física.

Art 3ª: - para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, filosófica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para ser humano;

Art. 4ª: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de um membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

As terminologias "para, mono, tetra, tri, hemi "determinam a parte do corpo envolvidos sendo somente membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo".

Ainda podemos encontrar alterações funcionais motoras decorrentes da lesão do sistema nervoso, observando principalmente alterações no tônus muscular (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos incoordenados e involuntários).

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o sistema Muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. Brasil (2006 apud SCHIRMER, 2007, p. 23)

Para o professor é importante que saiba sobre os quadros da deficiência do aluno, para que possa preparar-se didaticamente nas situações adversas. Sendo que alguns alunos podem ter associações com privações sensoriais (visuais ou auditivos), deficiência mental entre outros. Por isso é interessante ao professor especializado ter conhecimento em outras áreas também.

Ainda falando quanto à definição de deficiência física, Brasília (2001, p. 208) segue a seguinte definição.

Deficiência física é toda e qualquer alteração no corpo humano, resultado de um problema ortopédico, neurológico ou de má formação, levando o indivíduo a uma limitação ou dificuldade no desenvolvimento de alguma tarefa motora. Estas deficiências ainda podem ser caracterizadas de acordo com o período em que ocorreu a lesão (congenitas ou adquiridas) ou ainda, pré-natais (durante a gestação), perinatal (no momento em que ocorre o nascimento) ou pós-natal (após o nascimento).

Caso estes alunos necessitem de auxílio nos estudos além do oferecido pela escola comum, está previsto em lei o que deve ser feito.

Na Lei n. 3.298 (1999, apud GÓES E LAPLANE, 2007, p. 22) define que as escolas públicas ou privadas deverão oferecer “programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando à educação das escolas comuns não puderem satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem estar do educando.

Com isto pode se perceber que as escolas regulares devem não só atender estes alunos, mais também caso necessitem de auxílio na sua aprendizagem oferecer-lhes este recurso.

”A proposta de atender a alunos com necessidades especiais nessas classes implica atentar para mudanças no âmbito dos sistemas de ensino, das unidades escolares, da prática de cada profissional da educação“. (MANTOAN, 2006, p.42).

Neste sentido alguns autores sustentam:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados aqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando as diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT E NOGUEIRA, 2002 apud MANTOAN, 2006, P.42).

2.2.2 O Direito a uma educação de qualidade

“Em 13 de dezembro de 2006, a assembléia geral da organização das nações unidas (ONU) aprovou o texto da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. No artigo 24, a convenção trata do “direito à educação””. (SASSAKI, 2008, p. 83)

O presente sub-capítulo foi produzido de acordo com o autor Sasaki (2008), segundo o autor a inclusão escolar é um processo de adequação escolar para que todos os alunos tenham uma educação de qualidade, independentemente de raça, gênero, deficiência, etnia, classe social entre outros. A escola deve ser capaz de oferecer uma educação de qualidade a toda variedade de alunos. Diferenciando-se assim da integração escolar onde os alunos é quem devem ser capazes de apreender no sistema que está estabelecido.

Inspirado no lema do ano internacional das pessoas com deficiência, disseminada em 1981, uma pequena parte da população de muitos países, começa a buscar conhecimento da necessidade de mudar seu enfoque, para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidade, adaptando a sociedade as pessoas e não ao contrario, com isso surge o conceito de inclusão, a partir da década de 80.

Podemos perceber que apesar deste movimento de inclusão ter seus primeiros vestígios na década de 80, nos dias atuais não é possível observar grandes mudanças em relação à acessibilidade, como se supõe que deveria ser devido o tempo que já se discute sobre o assunto, os estudos foram intensificados, obtivemos maiores conhecimentos sobre o tema, mais o que pode se perceber é que ficou somente nos papeis.

Na integração escolar, os alunos com deficiência eram o foco da atenção. Na inclusão escolar, o foco se amplia para todos os alunos com necessidades especiais (dos quais alguns tem deficiência), já que a inclusão traz para a escola toda diversidade humana. (SASSAKI, 2008, p. 84)

Ainda hoje o que se percebe é que são poucos os estabelecimentos que estão adaptados para receber pessoas com algum tipo de deficiência, tanto como empregados, do que como clientes. Nas ruas pessoas ditas “normais” passam dificuldades para se locomover, no caso de uma pessoa com deficiência as

dificuldades triplicam, mais é nas escolas que podemos perceber o quanto isto se torna visível, olhando para as nossas escolas de hoje percebemos que ainda não saímos do método de integração escolar, onde os alunos com deficiência é que tem que se adaptar aos aspectos físicos e educacionais das escolas.

No artigo 24 da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência diz que:

Em suas linhas, percebemos que a educação inclusiva é um conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas [2, "a"]. (SASSAKI, 2008, p. 84)

Para conseguirmos sair da integração escolar, para um ambiente de inclusão escolar, dentre as varias mudanças que deverão ser feitas está à construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos os alunos sem exceção, deve se receber cada aluno como se fosse único e assim ajudá-lo a apreender como uma pessoa por inteiro. Tornar seus ambientes acessíveis não só arquitetonicamente, mas didaticamente também.

A comunidade escolar deve estar envolvida neste projeto com compromisso, eliminando pré-conceitos, barreiras, modificando as atitudes de todos da comunidade escolar e conscientizando todos de dentro e fora da escola a fim de quebrar estereótipos, estigmas e pré-conceitos, ampliando também seus conhecimentos sobre as deficiências, para que possam eliminar comportamentos discriminatórios. Fazendo isto estaremos tornando a escola um ambiente inclusivo não só para os alunos com deficiência ou com necessidades especiais, mas inclusivas para toda a diversidade humana, construindo um futuro melhor, com pessoas melhores, sem discriminações, sem pré-conceitos, sem exclusão.

2.2.3 Direito a cultura, esporte, lazer, turismo e recreação

O presente sub-capítulo foi produzido de acordo com as autoras Barbara Kirchner e Golfieri (2008), segundo as autoras o direito ao lazer foi algo conquistado ao longo tempo. Durante a revolução industrial os trabalhadores que tinham uma jornada de trabalho exaustiva, reivindicaram pela redução da sua jornada de trabalho, eles conquistaram este direito e por conseqüência ganharam um tempo livre, tempo este destinado para cuidados com o corpo, para desenvolver a

criatividade, desenvolver a cultura, era também um tempo para integração com outros indivíduos e para manutenção e reprodução da força utilizada no seu trabalho.

No dia 30 de março de 2007, em cerimônia sediada no escritório geral das Nações Unidas Nova York, foram abertas oficialmente as assinaturas à convenção dos direitos das pessoas com deficiência, primeiro tratado de direitos humanos do século XXI. (KIRCHNER e GOLFIERI, 2008, p. 99)

No artigo 30, fica disposto o direito da participação de pessoas com deficiência nas atividades de lazer, entendidos aqui como recreação, esporte, cultura, e turismo.

Até meados de 1970, as políticas de atenção às pessoas com deficiência visavam somente às áreas de saúde e assistência. O lazer não era visto como um instrumento de inclusão social, tão pouco se imaginava que uma pessoa com deficiência tivesse a capacidade de participar de práticas desportivas ou até mesmo produzir obras artísticas, a deficiência era vista como um fator determinante para dizer que esta pessoa não poderia realizar tais atividades.

Podemos constatar que nos dias atuais este pensamento está bem ultrapassado, pois atualmente temos competições como às paraolimpíadas em escala mundial, entre outras várias competições para indivíduos com deficiência e em cada competição que participam eles mostram que são capazes de realizar qualquer atividade, eles superam seus limites e fazem coisas que indivíduos ditos “normais” não conseguem.

O Brasil tem muitos atletas campeões nos jogos paraolímpicos e graças a estes exemplos de superação, pessoas com deficiência podem estar participando em competições e representando nosso país por todo mundo, eles tiveram seus direitos reconhecidos de participar plenamente e em igualdade de condições, de atividades de lazer, cultura, turismo e esporte, inclusive de rendimento.

Isto significa, em bases gerais, que ao governo de cada país caberá, por atuação direta, fiscalização ou incentivo, desenvolver políticas públicas inclusivas, dentro e fora da escola, que permitam que crianças e adultos com deficiência desfrutem, com plenitude, de todos os espaços, materiais e serviços voltados a estas finalidades. (KIRCHNER e GOLFIERI, 2008, p. 100)

Desta forma torna-se garantido a eles a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial físico criativo, artístico e intelectual não só como espectadores, mas como protagonistas de tais atividades.

Dentre as preocupações expressas no texto da convenção estão, em especial, a questão da universalidade do acesso, expressas também na legislação pátria.

No que tange ao lazer, recreação, cultura, desporto e turismo, mencionou-se a necessidade de especial atenção quanto as barreiras físicas, de comunicação e atitude que podem impedir ou restringir a inclusão plena das pessoas com deficiência nestas atividades. (KIRCHNER e GOLFIERI, 2008, p. 101)

Nesta confederação outros itens foram discutidos como a de que os estados deverão tomar todas as providências, em conformidade com os direitos internacionais para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não se torne uma barreira injustificável ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a materiais culturais. Foi previsto também que poderão ser reproduzidas obras literárias exclusivas para as pessoas com deficiência visual, sempre que esta, sem fins comerciais, seja mediante sistema de braile ou outro procedimento para estes destinatários.

É seu direito ter acesso ao lazer, à cultura, ao turismo, e ao esporte. Na maioria das vezes, este acesso não é possível, pela baixa condição econômica das pessoas. Mas o estado deve dar condições às pessoas de participarem nestas atividades (direito de acesso). Lute por isso. (BRASIL, 2008, pg. 61)

Ficou previsto também o repasse de verbas de forma direta por meio do governo federal para financiar projetos que incentivam artistas e atletas com deficiência. A decisão mais importante da conferência ficou entorno do apoio e a inclusão das línguas de sinais e a cultura surda. Sendo que no Brasil a LIBRAS – Linguagem Brasileira de sinais é o instrumento utilizado para a inclusão educacional e social de pessoas com deficiência auditiva.

O direito a acessibilidade exige que os responsáveis por esses espaços incluam rampas, assentos adequados, estacionamentos e banheiros especiais equipados e sinalizados, assim como funcionários capacitados para atender as pessoas com deficiência. (BRASIL, 2008, pg. 61)

2.2.4 Direito a acessibilidade

“Acessibilidade é garantir a todas as pessoas o direito de utilizar espaços, as construções, os equipamentos urbanos, os mobiliários, os transportes e os meios de comunicação (livros, rádio, TV, internet) com segurança e autonomia”. (BRASIL, 2008, pg. 57)

Segundo Brasil (2008), a acessibilidade garante que as pessoas que tem deficiência auditiva possam entender o que se passa na televisão e que possam também ter acesso a língua de sinais (LIBRAS). Ela permite as pessoas com deficiência visual ter acesso a livros em Braille, ao deficiente físico cadeirante a possibilidade de entrar em um ônibus sem ser carregado, ir a banheiros públicos ou privados com facilidade, aos alunos com dificuldade de locomoção a acessibilidade permite que estes possam ficar em uma sala onde possam circular livremente, entre outros.

“A acessibilidade está ligada ao direito de ir e vir, portanto você deve lutar para que seu direito seja garantido e você possa circular, andar nas ruas, em locais públicos, praças, e outros espaços da sua cidade”. (BRASIL, 2008, pg. 57)

2.3. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Com base nos princípios do desenho universal e da lei n 10.098 (2000 apud SCHIRMER, 2007, p. 105) toda escola deve promover ambiente acessível, eliminando as barreiras arquitetônicas e adequando os espaços que atendam a diversidade humana.

E em Brasília (2001, p. 110) a lei 10.098/00 coloca em seu contexto que:

Art. 2 para os devidos fins dessa lei são estabelecidas as seguintes definições:

I- Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II- Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade do movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) Barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) Barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

- c) Barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) Barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagem por intermédio dos meios e sistemas de comunicação sejam ou não de massa; (BRASILIA, 2001, p 110.)

Recentemente foi promulgado o decreto n 5.296/2004 que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e da outras providencias” (SCHIRMER, 2007, p. 105). Este decreto estipula o prazo de 30 (trinta) meses, para que os lugares públicos organizem seus espaços de forma a torná-los acessíveis.

Percebe-se que há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros em entender esse direito a acessibilidade, porque o que se percebe nas escolas é a falta de acessibilidade espacial na absoluta maioria dos edifícios escolares que foram construídos sem considerar a necessidade de pessoas com deficiência. Isto realmente deve mudar, o ambiente escolar, deve ser um lugar acessível e conseqüentemente acolhedor.

Das disposições gerais da acessibilidade coloca que

Art. 101. A acessibilidade é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.

- I- Elaboração de planos de acessibilidade como parte integrante dos planos diretores e dos planos de transporte urbanístico;
- II- Planejamento e urbanização de espaços de uso público, inclusive vias, parques e praças, de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência;
- III- Construção, ampliação, reforma ou adequação obedecendo-se à origem de prioridade que vise à maior eficiência das edificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas com deficiência;
- IV- Atendimento prioritário e diferenciado às pessoas com deficiência, prestado pelos órgãos de administração pública, bem como pelas empresas e instituições privadas;
- V- Construção, ampliação, reforma e adequação das edificações de uso público, uso coletivo e uso privado, inclusive os equipamentos esportivos e de lazer, na forma desta lei e demais normas em vigor, de forma a que se tornem acessíveis para as pessoas com deficiência;
- VI- Atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos arquitetônicos, urbanísticos e de comunicação; (BRASÍLIA, 2008. p.51).

Com isto observamos que é de lá que deve vir o exemplo da acessibilidade e se expandir para todos os outros locais, sejam eles públicos “obrigatoriamente” e particulares. Como pode ser feita a inclusão se não há ambiente, estruturas,

materiais, que sejam adequados para esta participação efetiva de deficientes físicos nas escolas? Devem-se incluir realmente estes indivíduos e não apenas integrá-los a esta realidade escolar.

A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma análise das condições do ambiente, em uma parceria constante entre professores, arquitetos e engenheiros visando à inclusão, verificando assim as necessidades específicas de cada deficiência: motora, sensorial, de comunicação, cognitiva ou múltipla.

Segundo Dischinger e Machado (2006 apud SCHIRMER, 2007, p. 106):

“acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até a sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante o processo deve ser acessível (com rampa nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.). ao entrar na escola deve ser possível identificar o caminho a seguir de acordo com a atividade desejada. [...]

Devemos nos conscientizar que para uma criança dita “normal” a ação de ir para a escola tanto de ônibus, quanto a pé é uma situação simples, fácil de realizar, já para uma criança com deficiência, um simples ato de ir à escola pode se tornar complexo como uma “operação de guerra”, quando não se tem acessibilidade, por isso é visível que devemos incluir realmente estas crianças, e isto deve acontecer com total acessibilidade espacial, nos meios de transporte, nas escolas, ruas entre outros espaços.

Continuando o documento,

[...] Através da configuração espacial e/ou da informação adicional (por exemplo, utilizando a rampa para ir à biblioteca no segundo andar). Um aluno com deficiência visual poder obter informação através de mapas táteis e em braile para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar na biblioteca deve ser possível a todos os alunos alcançar seus livros e poder ler e estudar em condições de conforto e segurança. Em fim, prover acessibilidade espacial, sobre tudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania”.

Recorrendo a Dischinger (2004 apud SCHIRMER, 2007, p. 106), os projetos arquitetônicos acessíveis podem se valer dos 5 (cinco) princípios do desenho universal que muito colaboram para a inclusão escolar são eles:

I- Direito a equidade, participação:

“todos os ambientes devem ser desenhados de forma a não segregar ou excluir pessoas, promovendo a socialização e a integração entre indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais. desta forma, ambientes equipamentos adaptados não devem ser isolados dos demais espaços, possibilitando o uso independente na medida do possível, Por indivíduos com habilidades e restrições diferentes.” (DISCHINGER ET AL, 2004, pág.157)

II- Direito à independência:

“todos os espaços físicos – pátios, caminhos, salas, etc... e seus componentes – brinquedos, pisos, rampas, carteiras, etc... – devem permitir o desempenho de atividades de forma independente por todos os usuários. No caso de indivíduos com restrições devem-se prover as condições para sua independência. Na impossibilidade da realização de atividades de forma independente, o individuo tem o direito a um acompanhante.” (Ibid, pág. 158)

III- Direito à tecnologia assistiva:

“todos os alunos portadores de necessidades especiais têm direito a utilização de equipamentos, instrumentos, recursos e material técnico e pedagógico adaptados de uso individual ou coletivo necessários para o desempenho das atividades escolares. Incluem-se nesta categoria as salas de recurso, computadores com programas especiais, material em braille, etc.” (Ibid, pág. 159)

IV- Direito ao conforto e segurança:

“todos os ambientes e equipamentos devem possibilitar seu uso e a realização de atividades com conforto e segurança, de acordo com as necessidades especiais de cada individuo. O desenho deve minimizar o cansaço, reduzir o esforço físico, evitar riscos à saúde e acidentes dos usuários.” (Ibid, pág. 160)

V- Direito a Informação Espacial:

“deve estar prevista a possibilidade de acesso à informação espacial necessária para a compreensão, orientação e uso dos espaços a todos os alunos, independentemente de suas habilidades. A informação espacial é fornecida através das qualidades dos elementos arquitetônicos ou adicionais (mapas, totens, sinalização sonora...) que permitem a compreensão da identidade dos objetos no espaço. No caso de alunos portadores de deficiente sensorial (surdos, cegos e com baixa visão) fontes alternativas de informação deverão estar disponíveis quando necessárias”. (Ibid, pág. 159)

Estes princípios permitiram aos professores, arquitetos, engenheiros, técnicos, conceitos de modo a facilitar à compreensão a acessibilidade relacionada aos espaços físicos, tornando-os inclusivos. Estes ambientes acessíveis não atendem somente pessoas com deficiência, mas contempla também toda gama de diferenças humanas.

Quanto aos ambientes escolares já construídos é preciso adequar seus espaços para torná-los mais acessíveis. Torna-se necessário também uma formação continuada para profissionais da área da arquitetura e engenharia, visando um maior

conhecimento destes profissionais referente à acessibilidade arquitetônica e uma maior conscientização de que escolas acessíveis são um direito garantido por lei.

Sendo que na lei 10.098/00 nas suas disposições finais diz que

Art. 23. A Administração Pública e Federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naquelas que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência dessa Lei. (BRASILIA, 2001, p. 110)

A acessibilidade é fundamental para que as crianças e jovens com deficiência possam acessar todos os espaços da escola e participar de todas as atividades escolares com segurança, conforto e maior independência possível, de acordo com suas habilidades e limitações.

2.3.1 Acessibilidade: espaço físico e principais adaptações

Podemos observar que pessoas que possuem deficiência, devem ter um tratamento diferenciado principalmente quando o assunto for acessibilidade, pois o que para pessoas sem deficiência é algo fácil de executar, como caminhar na calçada, para um indivíduo com deficiência se torna algo impossível conforme o estado da calçada, por este motivo neste capítulo estaremos mostrando algumas atitudes para eliminar estas barreiras. Iremos observar que ações simples podem facilitar e melhorar a vida de pessoas com deficiência, para que assim possam exercer seu direito de ir e vir plenamente.

Segundo Brasil (2008), os ambientes públicos ou privados deverão ter assentos preferenciais sinalizados, espaços e instalações acessíveis, mobiliários de atendimento e recepção adaptados a altura e condições de um cadeirante, serviços de atendimento em LIBRAS para pessoas com deficiência auditiva ou outro método para aqueles que não se comunicam em LIBRAS, serviços de atendimento para surdo-cegos prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas para este serviço, pessoal capacitado para atendimento a idosos, deficientes visual, múltipla e mental, local especializado para embarque e desembarque de deficientes ou com

mobilidade reduzida, sinalização nos ambientes, divulgação de atendimento prioritário em lugar visível, admissão e permanência de cão guia, entre outros.

É importante lembrar sobre algumas adaptações que devem ser feitas para que as pessoas com deficiência tenham livres acesso a todos ambientes, sejam eles de trabalho, lazer ou de outros fins. Um exemplo disso são pessoas cadeirantes, estes tem muita dificuldade de ir ao banheiro em locais públicos ou privados, devido ao pequeno espaço destinado aos sanitários e a mobília do banheiro.

Segundo Brasil (2008), o deficiente físico tem o direito de usar qualquer banheiro, mas também tem o direito de ter um banheiro equipado para sustentar suas necessidades. As pessoas com deficiência visual têm o direito de entrar e permanecer em qualquer ambiente com seu cão guia, sejam estes locais públicos ou privados de uso coletivo. No estacionamento a pessoa com deficiência pode estacionar seu carro em qualquer vaga, mas o estacionamento deverá ter uma vaga de atendimento diferenciado para pessoas com deficiência sinalizadas e de fácil acesso, lembrando que o individuo com deficiência deve ter em seu carro o selo identificando que possui necessidades especiais.

Ainda segundo Brasil (2008), Em transportes coletivos deverá ter assentos sinalizados para pessoas com deficiência, caso não tenha a pessoa com deficiência pode requerer um assento especializado, assim como pode sentar-se nos demais bancos. Ao chegar e algum local de atendimento de órgãos públicos ou privados este deve receber atendimento prioritário, desta forma não precisará pegar fila, a não ser que ajam outras pessoas de atendimento prioritário na frente.

“A educação é um direito e um dever do estado e da família. Como qualquer cidadão a pessoa com deficiência tem o direito à educação pública e gratuita assegurada por lei”. (BRASIL, 2008, p. 60)

Nenhuma escola pode negar a matrícula a alunos por causa da sua deficiência, estes alunos devem receber todos os direitos e benefícios oferecidos aos outros alunos, sendo que a escola deve esta apta a receber estes alunos, se não estiver deve se adaptar para abranger as necessidades dos alunos.

A escola é responsável pela inclusão de todas as pessoas. Se a escola não garante ao aluno acessibilidade e preparo, ela deve se adaptar. A escola tem que ter equipamentos e material escolar que permitam o acesso a informação e à comunicação, para que possa atender às necessidades específicas d todos os alunos. Existe a lei numero 7.853/1989 que garante isto. (BRASIL, 2008, p. 60)

2.3.2 Acessibilidade: para quebrar barreiras

Segundo Sorri-Brasil (2007), as áreas de circulação deveram estar sinalizadas com o símbolo internacional de acesso. Os trajetos deverão estar livres de obstáculos (escadas) para pessoas que se utilizam de cadeira de rodas. As portas devem apresentar um vão livre de no mínimo 0,90m para garantir o acesso de pessoas que utilizam cadeira de rodas. O portão deverá ter um vão livre de no mínimo 0,90m.

Os balcões de atendimento, inclusive os automáticos, devem permitir a aproximação frontal de pelo menos uma cadeira de rodas apresentando uma altura de 0,80m com altura livre mínima de 0,70m do piso. Os relógios de ponto deverão estar a uma altura de 0,80m do piso.

Os elevadores deverão possuir um selo de identificação internacional de acesso fixado nas portas, com um vão livre de no mínimo 0,90m para garantir o acesso de pessoas que utilizam cadeira de rodas e botoeiras dos andares com altura de no mínimo 0,80m e no Máximo de 1,20m. Nos banheiros deverá ter um vão livre de no mínimo 0,90m para garantir o acesso de pessoas que utilizam cadeira de rodas, as maçanetas devem ser do tipo alavanca para facilitar o manuseio, a área do banheiro deverá ser suficiente para manobrar a cadeira de rodas tendo barras laterais de apoio para uso dos sanitários.

A altura da pia de 0,80m do piso e respeitando uma altura livre de 0,70m, a torneira do tipo pressão, a borda inferior dos espelhos a uma altura de 0,90m do piso podendo atingir no Máximo de 1,10m e com inclinação de 10 graus. Se houver chuveiro no banheiro a porta de acesso aos boxes dos banheiros deverá ser no mínimo 0,90m de largura.

Os assentos das bacias sanitárias devem ter uma altura de 0,46m do piso ou quando utilizada a plataforma para compor a altura estipulada apresentar projeção horizontal da plataforma de no mínimo 0,05m do contorno da base da bacia. Os mobiliários devem estar dispostos de modo que garanta uma área para circulação plena das pessoas em cadeira de rodas.

2.4. INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO

Segundo Rodrigues (2006), parece haver certo consenso da idéia de que já não há um único modo de compreender o que é educação especial e tudo que lhe envolve. Torna-se possível afirmar que a “educação especial” é apenas uma invenção criada pelas idéias e conceitos vagos do “normal”, da “norma”, e da “normalidade”. Tal invenção disciplinar talvez tenha tido como único objetivo principal dar ordem a desordem originada por esta outra produção que chamamos de “anormalidade”.

“É de pensar que nós, os *especialistas em educação especial*, estávamos demasiado acostumados a simplificar os problemas identificando a educação especial com suas instituições especiais e a nos referirmos a uma oposição estrita entre paradigmas terapêuticos e clínicos, de um lado, e sociais e antropológicos, de outro. Porém, ao entrar na intimidade das práticas pedagógicas e em seus discursos e representações, fica ainda mais evidente que a educação especial é um campo pedagógico caracterizado pelas flutuações de representações, uma espécie de vaivém permanente entre aqueles modelos conceituais – clínicos e/ou antropológicos -, mas sem uma separação textual”. (RODRIGUES, 2006, p. 17)

Ainda utilizando Rodrigues (2006), trata-se na verdade de uma disputa consciente ou não, que tenta resolver o paradoxo que é a perpetuação, a demolição daquilo que chamamos de educação especial “tradicional”, mais especificadamente seria necessário considerar a existência de uma fronteira que separa aqueles olhares que continuam pensando que o problema esta na “anormalidade” daqueles que consideram o “normal”, a “normalidade”, como o problema da questão.

As primeiras dessas representações – que são ou se apresentam em aparência mais *científicas*, mais *acadêmica* – continuam sendo obsessivas com aquilo que é pensado e produzido como “anormal”, como “anormais”, vigiando cada um dos desvios, descrevendo cada detalhe do patológico, cada vestígio da normalidade, suspeitando de toda deficiência e afirmando que “algo esta errado, que há alguma coisa equivocada no sujeito, que possuir uma deficiência é um problema etc.”. (RODRIGUES, 2006, p. 18)

Ainda segundo autor citado anteriormente, este tipo de olhar não é útil para a educação especial nem para a educação em geral, pois anormalizam tudo e a todos. E o que é curioso é saber que estas visões estão vivas e ativas até hoje, e se consideram fazendo parte apregoada “nova política de inclusão”. Mas no fim

mantém a idéia de um tipo de instituição para a “anormalidade”, educação especial, e o outro tipo para o “normal”, a escola regular.

Já outro olhar que coloca o “normal” como o problema tem muito a contribuir à educação em geral, como a desmistificação do normal, estabelecendo perda de todos os parâmetros instalados na pedagogia acerca do que é ou deve ser chamado de “correto”, o alcance de um entendimento mais cuidadoso sobre a inversão maléfica do outro “anormal”, além de possibilitar um julgamento permanente do que é “normal”, do “homem médio normal” entre outros.

Podemos observar com isto que devemos modificar o olhar que nós temos ao associar educação especial à “anormalidade” e começar a questionar qual o parâmetro de “normal” que nós temos o que é “normal” na verdade, somente desta forma chegaremos a uma verdadeira inclusão.

A partir deste momento estaremos voltando nosso foco mais para a questão da integração e inclusão escolar, que ainda é motivo de debate entre diferentes autores. Partindo deste ponto estaremos aprofundando este debate no que diz respeito à inserção de crianças com deficiência no ensino regular.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), esta questão de integração escolar é o assunto referente à educação especial mais discutida nas últimas décadas no país. Alguns autores julgam que o conceito de integração escolar já está ultrapassado, e que a proposta mais moderna é a da escola inclusiva. Esta discussão envolve questões desde as concepções de deficiência até problemas de avaliação, diagnóstico e prognóstico. Ainda hoje o que se percebe é que o atendimento às pessoas com deficiência ainda está voltado ao paradigma de atendimento especializado e segregativo, enraizado pelas instituições que atuam com ensino especial.

A escola pública, assumida atualmente como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo, no Brasil, inexoravelmente um espaço de exclusão, não só das pessoas com deficiência, mas de todos aqueles que não se enquadram no padrão imaginário do aluno “normal”. Além disso, as classes especiais tornaram-se verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar. (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 108)

Ainda segundo as autoras, a criação de classes especiais para pessoas com deficiência utilizadas como estratégia de integração desses alunos as redes regulares de ensino segundo pesquisas realizadas nestes ambientes, se tornou uma

classe mais para acomodar problemas de aprendizagem e de comportamentos das classes regulares, do que para realmente integrar os alunos com deficiência à escola.

A prática da integração, principalmente nos anos 1960 e 1970, baseou-se no “modelo médico da deficiência”, segundo o qual era preciso modificar (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência, a fim de torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental). (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 109)

Segundo o autor citado anteriormente, percebe-se a necessidade de uma definição de integração, pois atualmente ela é vista quase que generalizadamente como a “não-segregação”. Embora sejam expressões de uso comum, nem sempre os profissionais que trabalham com questões relativas à deficiência usam-nas com o mesmo significado.

““Integrar” (do latim: integrare) significa “formar”, “coordenar” ou “combinar” num todo unificado (unido), e “integração” significa o ato ou processo de integrar”. (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 110)

“A integração é um movimento que visa acabar com a segregação, favorecendo assim as interações sociais de estudantes deficientes com estudantes considerados normais”. (MANTOAN, 1997, p.67)

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), ao se discutir a integração escolar, coloca-se que esses indivíduos não somente freqüentem a escola, mas que também apreendam e acompanhem um currículo regular, conforme é utilizado para todos os alunos considerados “normais”.

Nesta perspectiva, Mittler (2003), salienta que são os alunos que devem adaptar-se a escola e não necessariamente que a escola mudará para receber uma diversidade cada vez maior de alunos.

Analisando as citações anteriores podemos observar que nesta perspectiva, o aluno é que deve se adaptar ao modelo de ensino da escola, neste ponto é importante salientar que os alunos com deficiência precisam de material específico para sua aprendizagem, não conseguindo na maioria das vezes aprender o conteúdo, a estrutura arquitetônica de uma escola que não se adapta para tornar-se acessível aos alunos com deficiência, passa a excluir aqueles que por algum motivo não conseguem ultrapassar as barreiras dispostas neste ambiente.

De acordo Mantoan (1998 apud FERREIRA e GUIMARÃES, 2003 p. 116), a noção de inclusão “não é incompatível com a de integração”, porque institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática.

O conceito se refere à vida social e educativa, e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na “corrente principal”. O vocábulo “integração” é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõe um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóiam a todos – professores, alunos, pessoal administrativo – para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, a partir do entendimento que ela tem que ser capaz de atender as necessidades de seus membros, a meta deste sistema de inclusão é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora – caleidoscópio.

Mantoan (1998 apud FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p.117) diz que: “o caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõe. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico”.

Segundo Mittler (2003), no que diz respeito à educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar a todos os alunos o acesso a todas as gamas de oportunidade educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui currículo coerente, a avaliação, os registros, os relatórios de aquisição acadêmica dos alunos, as decisões sobre os alunos, grupos de estudo, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como oportunidades de esporte, lazer e recreação.

O objetivo de tal reforma é garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias lingüísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob risco de exclusão. (MITTLER, 2003, p. 25)

Segundo autor citado anteriormente, de forma a simplificar as diferenças entre integração e inclusão, ele coloca que a integração envolve os alunos para serem colocados nas escolas regulares, o aluno deverá se adaptar à escola, a escola não mudará para acomodar a diversidade de alunos.

“A integração significa tornar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhoras práticas, dos melhores professores, e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino”. (MITTLER, 2003, p. 34)

Ainda segundo este autor a inclusão implica em uma reforma radical nas escolas em termos de currículos, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada num sistema de valores onde todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade, de gênero, de nacionalidade, de raça, de linguagem de origem, do background social, do nível de aquisição educacional ou deficiência.

“A educação inclusiva é oferecida na sala de aula regular, mas não é incompatível com a noção de apoio, o qual pode ser planejado e oferecido com um assistente de apoio de aprendizagem ou um outro professor na sala de aula”. (MITTLER, 2003, p. 35)

3. METODOLOGIA

Este capítulo possui como função demonstrar a caracterização da pesquisa, os sujeitos participantes, instrumentos utilizados, procedimentos de coleta de dados e o procedimento de análise de informações.

3.1 Caracterização da pesquisa

Para fins deste estudo foi utilizada a pesquisa de campo e descritiva, que segundo Ruiz (1996, p. 50) que diz: “A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e registros de variáveis presumidamente relevantes para ulteriores análises”.

3.2 Sujeitos

Fizeram parte da pesquisa sete professores de Educação Física, estes professores foram escolhidos, pois atuam em alguma das três escolas públicas regulares da rede municipal de Sombrio-SC escolhidas para realização desta pesquisa, são professores formados em Educação Física, sendo que dos sete professores cinco são ACTs (contratado por caráter temporário) e somente dois são efetivos na escola onde atuam, os professores tem uma média de 24 a 52 anos de idade e tempo de atuação de 7 a 15 anos.

3.3 Instrumentos

Como instrumento de coleta de informações foi utilizado um questionário com respostas fechadas e abertas, construídas a partir dos objetivos do estudo. Segundo Ruiz (1996) deve apresentar todos os seus itens com a maior clareza, de tal sorte que o informante possa responder com precisão, sem ambigüidade.

Segundo Ruiz (1996), é necessário que as questões estejam bem articuladas, tendo explicações iniciais sobre a seriedade da pesquisa, e a importância da colaboração dos informantes que iram participar do trabalho.

É importante salientar algumas vantagens da pesquisa realizada utilizando como instrumento o questionário: no questionário o informante pode escrever ou responder ao elenco de questões feitas a ele, além de ter a vantagem de ser

aplicado a um grande número de informantes e ter o benefício do anonimato do informante. (RUIZ, 1996, p.51)

3.4 Procedimentos de coleta de dados

Torna-se importante ressaltar que estas escolas foram escolhidas para estar fazendo parte da pesquisa, pois as mesmas se localizam próximas a residência da pesquisadora que por questões de necessidade não poderia estar realizando esta pesquisa em outras escolas da rede regular de ensino do município de Sombrio que se localizam em locais mais distantes de sua residência.

O primeiro contato com os professores ocorreu nas escolas onde os mesmos trabalham e que foram escolhidas para a pesquisa no dia 24 de outubro de 2011, conversei com os professores de Educação Física para verificar se estes aceitavam participar da pesquisa, explicando os objetivos da mesma e aproveitando para agendar o dia e o local que fosse mais conveniente para que a pesquisa fosse realizada, neste mesmo dia foi pedido o consentimento para a direção das escolas.

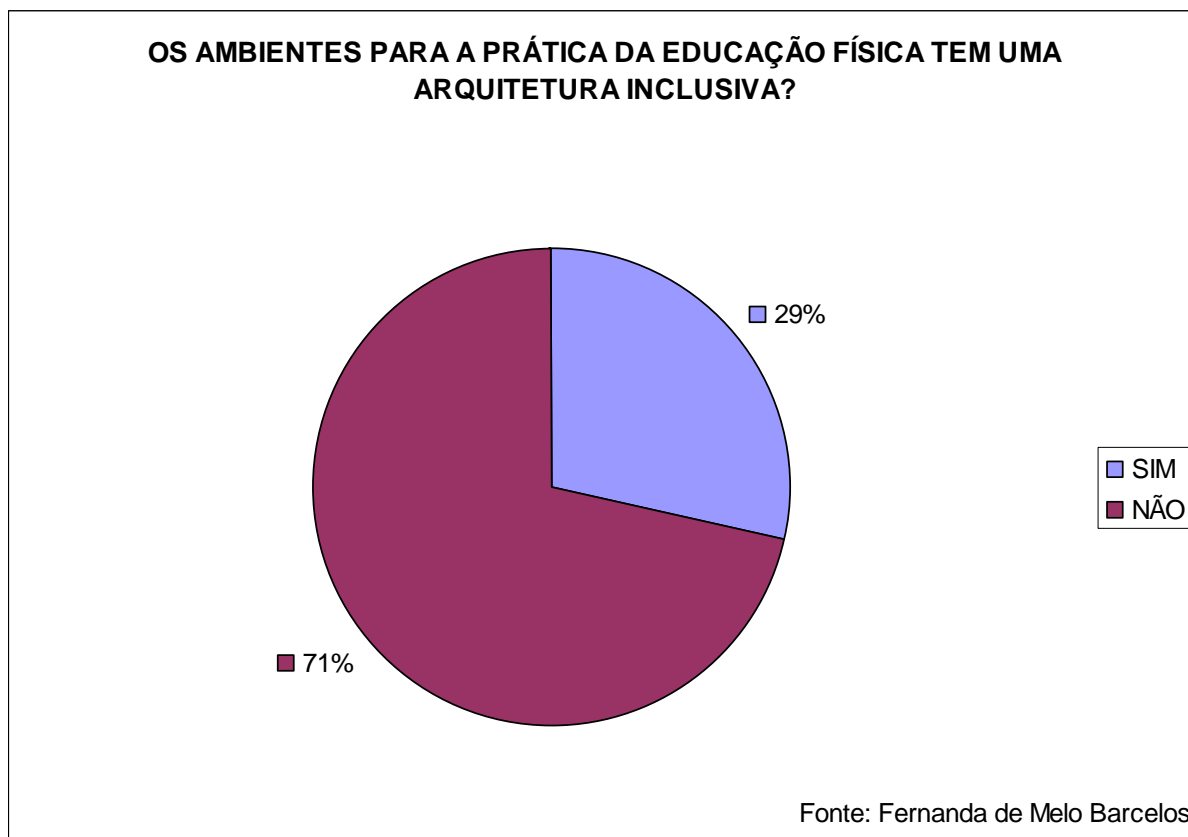
Todos os professores convidados a participar da pesquisa teriam aula no dia seguinte (25 de outubro de 2011) no período vespertino nas suas respectivas escolas, por este motivo agendamos o questionário para este dia, me dirigi até as escolas no dia programado e foi realizado o questionário com os professores. Por fim foi assinado o termo de consentimento de participação da pesquisa, após a conclusão da pesquisa, as mesmas foram levadas aos sujeitos para validá-las.

3.5 Procedimentos de análise das informações

A análise dos dados coletados do questionário foi realizada a partir das respostas dos informantes. E através das respostas foram desenvolvidos os gráficos com os apontamentos da pesquisa segundo os objetivos deste trabalho.

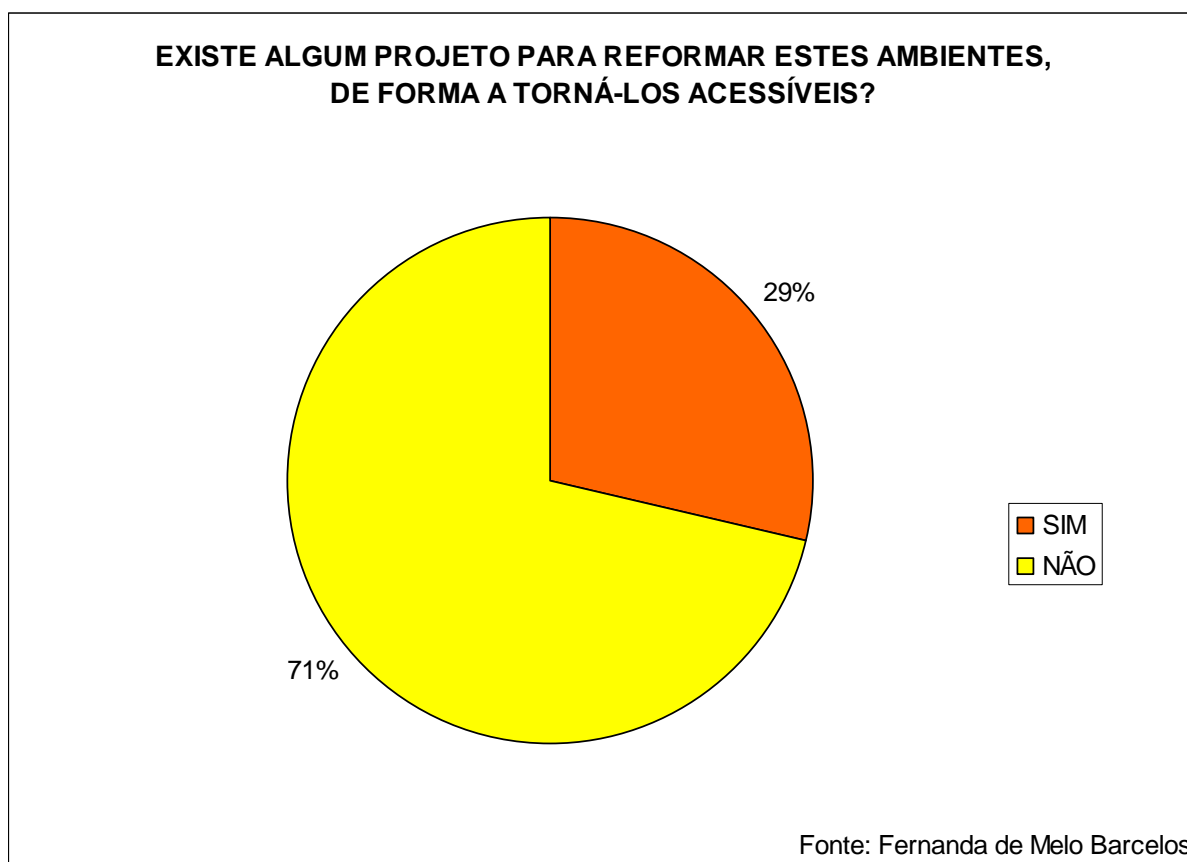
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Figura 01



Dos sete professores questionados cinco responderam que a escola não possui nenhum tipo de adaptação para alunos com deficiência ou necessidades especiais para a prática de Educação Física. Dois dos professores responderam que a escola não é totalmente acessível para estes alunos, mas nos ambientes da prática da Educação Física eles tem livre acesso aos ambientes, torna-se necessário salientar que os dois professores trabalham na mesma escola.

Figura 02



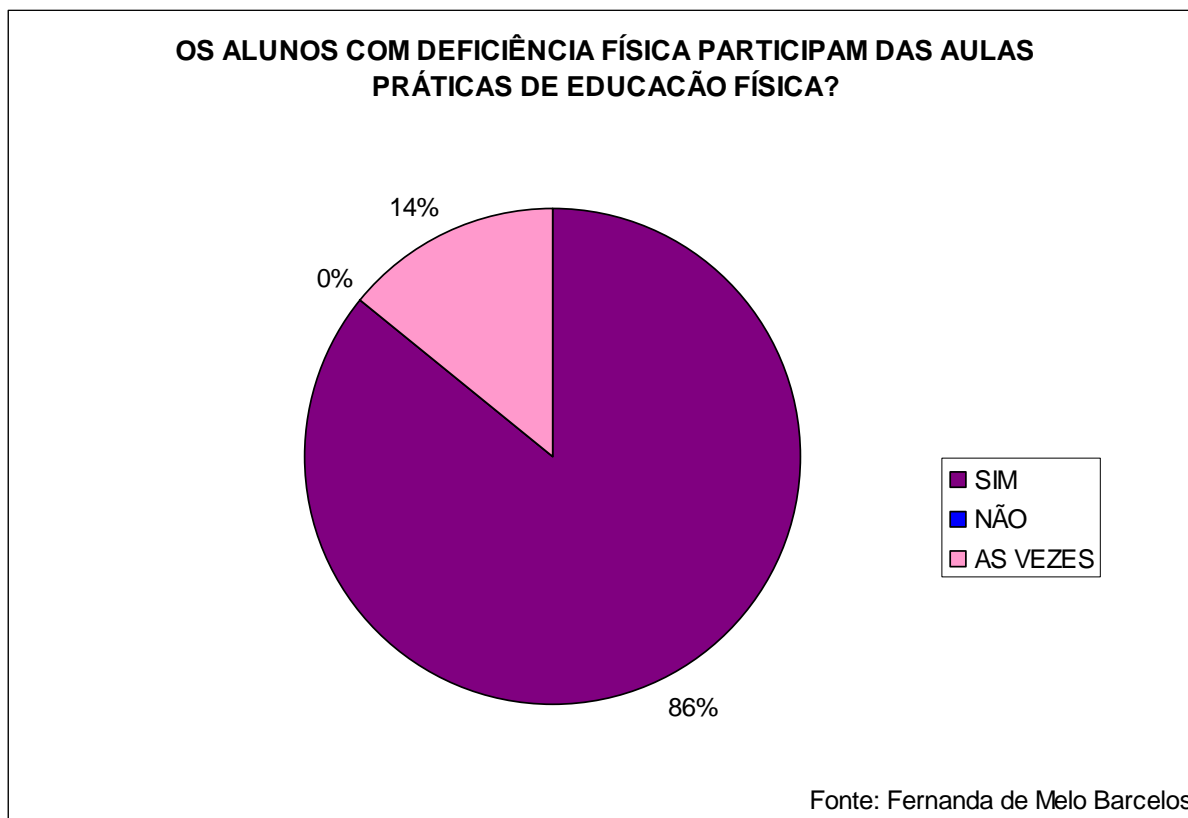
Referente a esta questão dos sete professores questionados cinco responderam que a escola além de não ser adaptada não há por conhecimento destes nenhum tipo de adaptação em andamento ou projeto para tornar os ambientes acessíveis para alunos com deficiência ou necessidades especiais. Dois dos professores responderam que a escola tem projetos para tornar seus ambientes mais acessíveis para estes alunos, torna-se necessário salientar que os dois professores trabalham na mesma escola.

Figura 03



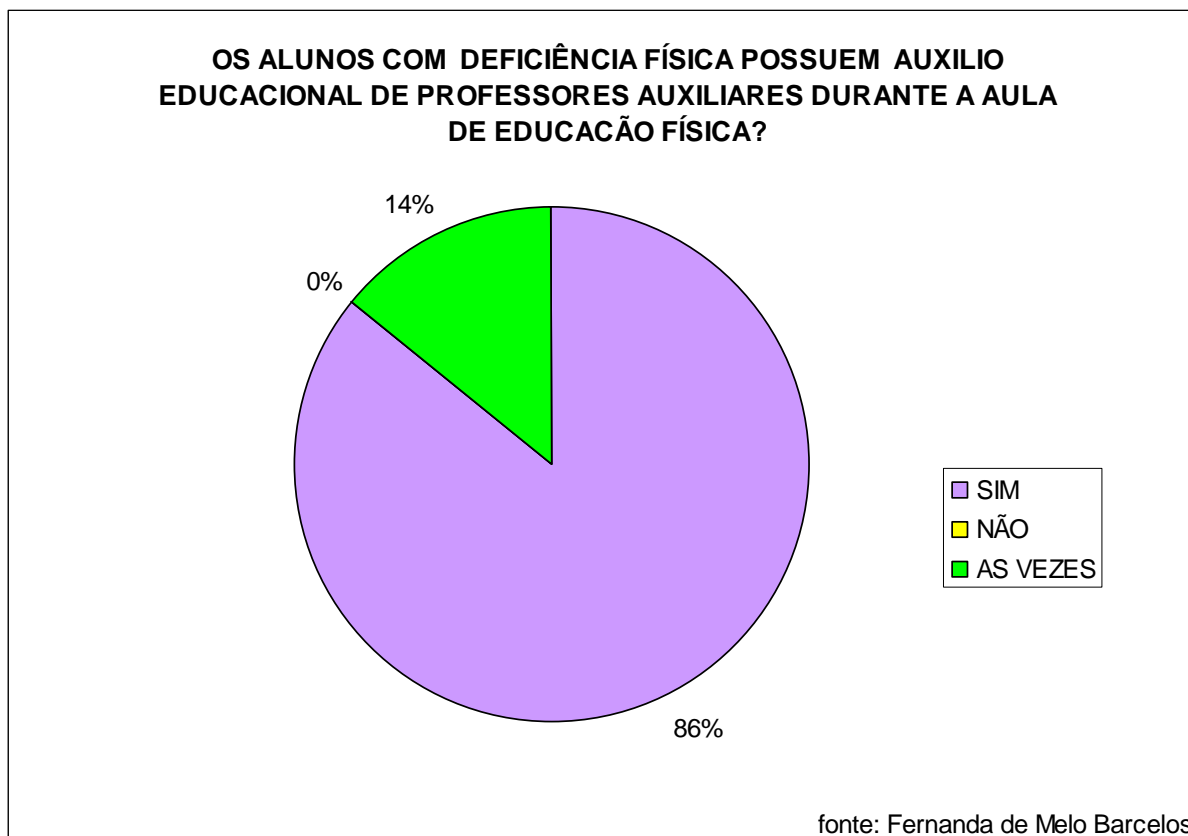
Quando questionados se há um incentivo por meio destes para a participação de alunos com deficiência ou necessidades especiais nas aulas de Educação Física todos os professores responderam que sim, sendo que um dos professores ressaltou que algumas vezes, mesmo com incentivo eles não querem participar.

Figura 04



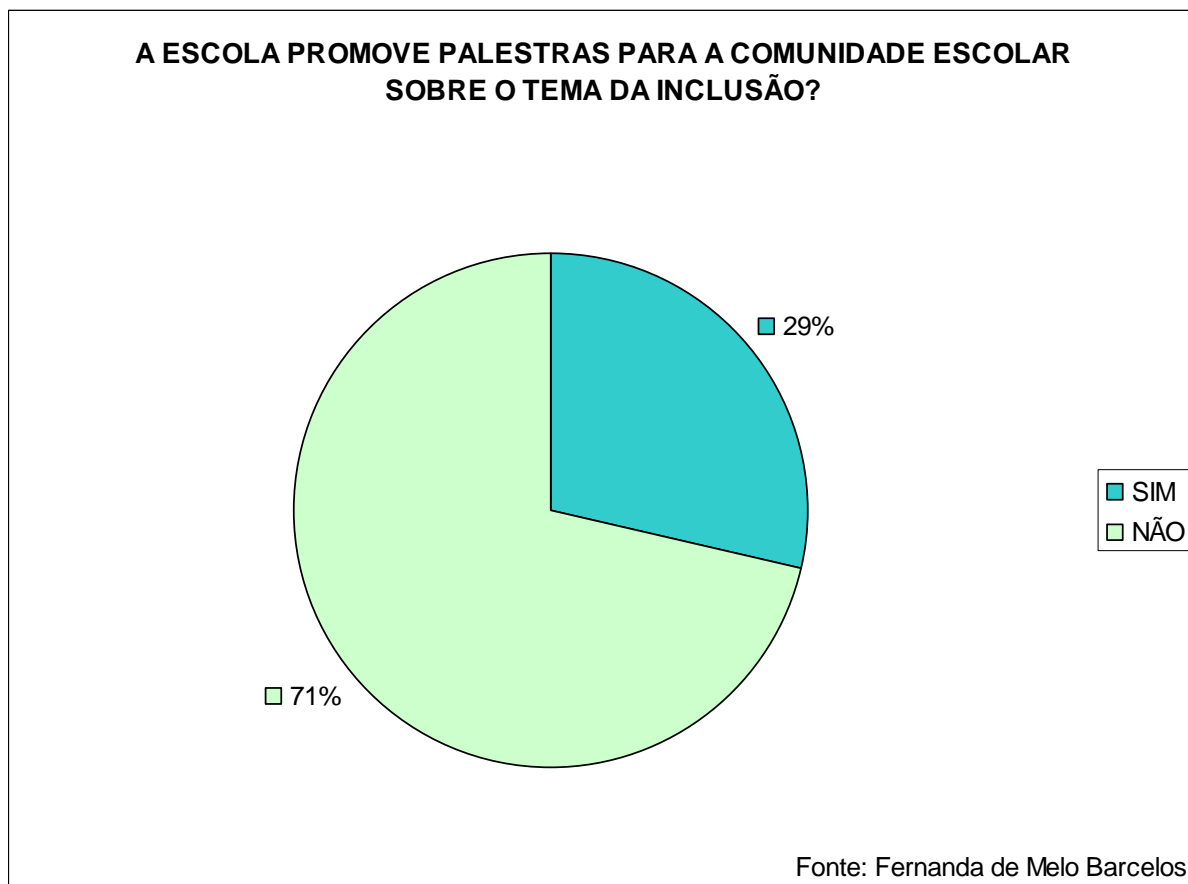
Em relação à participação destes alunos nas aulas de Educação Física dos sete professores apenas um ressaltou que em algumas vezes, mesmo com incentivo do professor estes alunos não querem participar, os outros professores responderam que há a participação dos alunos com deficiência física nas aulas. É importante salientar que nem todos os professores questionados possuíam nas suas turmas alunos com deficiência física, com isto a pergunta para estes professores se estendeu para todos os tipos de deficiência.

Figura 05



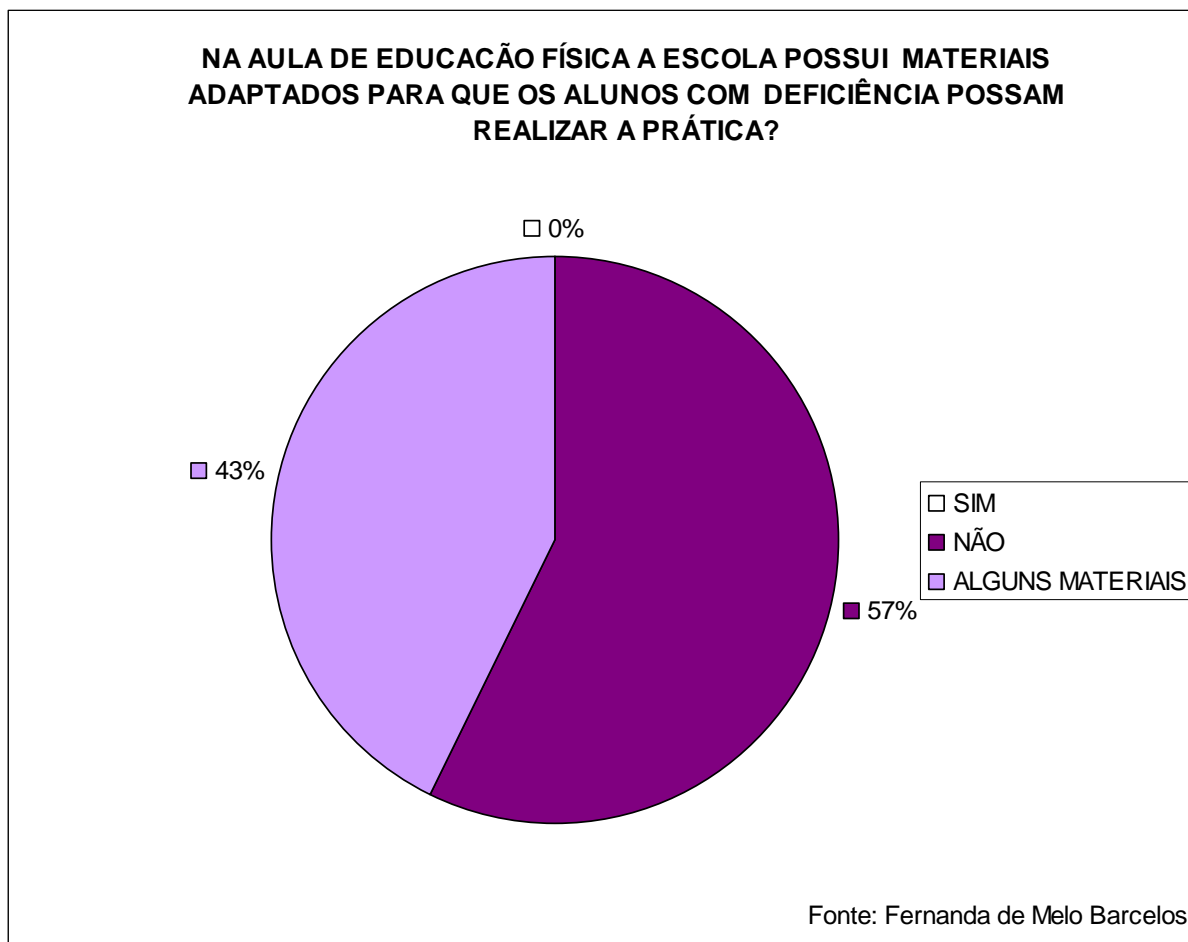
Todos os professores responderam que os alunos com deficiência física ou outro tipo de deficiência têm uma professora auxiliar, mas um dos professores questionados respondeu que na aula de Educação Física a professora auxiliar não está presente em todas as aulas, o restante dos professores responderam que a professora auxiliar se mantém presente em todas as aulas de Educação Física. É importante acrescentar que dois dos professores ao responder esta questão relataram que em algumas aulas a professora auxiliar prejudica o andamento da aula, pois quer coordenar a aula.

Figura 06



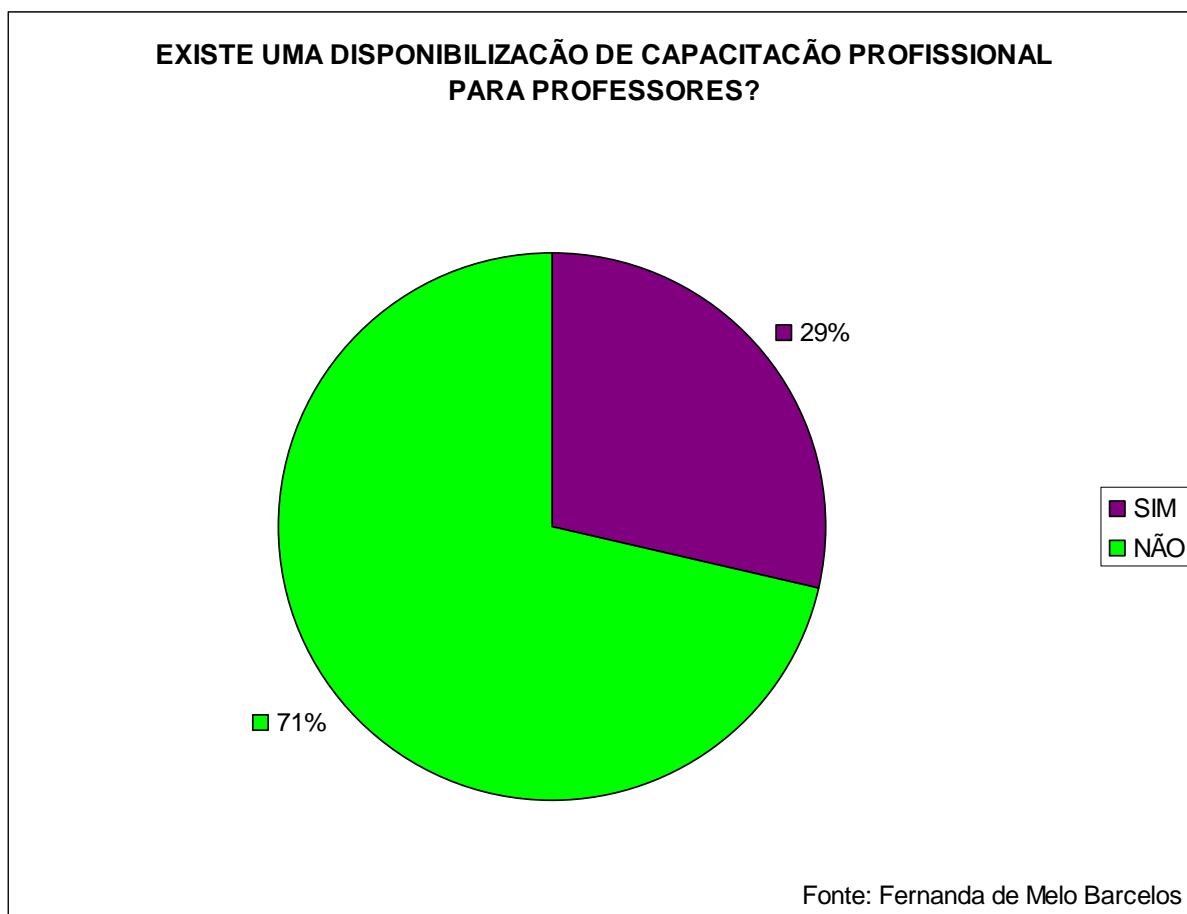
Referente a esta questão dos sete professores questionados cinco responderam que a escola não promove reuniões ou palestras para a comunidade escolar para estar explicando e orientando sobre este tema de inclusão. Dois dos professores responderam que a escola promove palestras e reuniões, mas um dos dois professores ressaltou que estas acontecem uma vez por ano durante o conselho anual de forma superficial, torna-se necessário salientar que os dois professores trabalham na mesma escola.

Figura 07



Segundo quatro dos sete professores questionados as escolas não possuem material adaptado e três dos professores responderam que a escola possui alguns materiais, o que nos possibilitou analisar uma discordância entre as respostas dos professores, pois na questão quatro deste questionário todos os professores responderam que há uma inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, quando questionados sobre esta discordância nas respostas os professores ressaltaram que esta inclusão é feita sem materiais adaptados para estes, utilizando os mesmos materiais do restante dos alunos.

Figura 08



Referente a esta questão dos sete professores questionados cinco responderam que não é promovido cursos, reuniões ou palestras, para ensinar e aprimorar o conhecimento dos professores sobre esta temática, somente dois professores responderam que são realizados cursos sobre vários temas incluindo sobre inclusão, vale ressaltar que os dois professores são de escolas diferentes. Com isto podemos analisar certa inexistência de cursos, reuniões e palestras sobre o tema de inclusão de deficientes nas escolas regulares de ensino, não só para professores, quanto para toda a comunidade escolar.

5. CONCLUSÃO

Nos dias atuais a busca pela inclusão torna-se um interesse de grande parte da população, pois o número de pessoas com deficiência e necessidades especiais, sejam elas desde bebê ou depois de adulto vem aumentando a cada ano. Com esta necessidade de incluir estas pessoas numa sociedade para todos, se colocam as leis e decretos, discutidos por todo o mundo.

Acreditamos que o nosso objetivo foi cumprido, pois ao longo desta escrita tornou-se possível observar quais mudanças deveriam ser feitas para tornar os ambientes acessíveis confrontando com a realidade das escolas do município de Sombrio quanto à questão da acessibilidade para estes alunos.

Seguindo esta linha de análise da infra-estrutura destas escolas, foi realizado um questionário com oito questões em três escolas do município de Sombrio, sendo que nestas escolas sete professores de Educação Física foram questionados com questões que nos auxiliaram na tentativa de apontar se há acessibilidade e inclusão destes alunos ou não.

Segundo as respostas dos professores pudemos analisar que duas das três escolas pesquisadas não tem uma arquitetura inclusiva e nem projetos em vista para reformar estes ambientes de forma a torná-los acessíveis, na terceira escola se percebe algumas mudanças quanto à acessibilidade, tendo em vista projetos para tornar os ambientes mais acessíveis.

Os professores de Educação Física descreveram que incluem os alunos com deficiência física, ou com outros tipos de deficiência ou necessidades especiais nas suas aulas, mas segundo os professores esta inclusão é feita sem materiais adaptados para estes, pois quatro dos professores responderam que não há materiais adaptados e apenas três responderam que alguns dos materiais são adaptados.

Foi possível perceber que há uma inexistência de cursos e reuniões sobre o tema de inclusão de deficientes nas escolas regulares de ensino, não só para professores como para toda a comunidade escolar.

A respeito da participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, dos sete professores, seis responderam que eles participam das aulas práticas, o que ao decorrer do questionário tornou-se evidente a discordância com as demais questões respondidas por eles, pois estes explanaram alguns problemas

como: a falta de acessibilidade nos locais para a prática da Educação Física, turmas muito grandes, falta de materiais adaptados e dificuldade na comunicação com alunos com dificuldade na fala ou com deficiência auditiva.

Com este questionário tornou-se possível analisar que a infra-estrutura das escolas em relação à acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência está deixando a desejar, e que a inclusão que ocorre hoje nestas escolas é na verdade uma integração desses alunos com necessidades educacionais especiais, onde eles têm que se adaptar as condições das escolas e não ao contrário como deveria ser.

No sentido de sugerir proposições para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, propomos que seja cumprido o que já está disposto em lei, como apresentado no decorrer deste trabalho, pois é um direito destas pessoas como cidadãos receber uma educação de qualidade, as escolas que não estão adaptadas, devem se adaptar de forma a tornar seus ambientes acessíveis e seus recursos materiais de acordo com as necessidades educacionais de cada aluno, mesmo que a escola não tenha alunos com deficiência física ou outro tipo de deficiência, ela deve estar preparada para recebê-lo e incluí-lo na escola e não apenas integrá-lo.

Em relação à capacitação de professores, é importante promover cursos, palestras entre outros com pessoal qualificado para esclarecer as dúvidas de todos os professores, dando-lhes um maior conhecimento de como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Além desta capacitação propomos que seja disponibilizada a cada escola uma pessoa capacitada para trabalhar com ensino especial integrando-se no dia-dia da escola com toda a comunidade escolar.

Por fim concluímos que ao tornarmos um ambiente inclusivo, não estamos incluindo somente deficientes ou pessoas com necessidades especiais, mas sim toda diversidade da nossa sociedade, ressaltando que a inclusão não deve ser feita somente nos materiais, nos ambientes, ela deve ser feita principalmente por nós, com as nossas atitudes.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA, Federação Nacional das APAES. **Legislação comentada para pessoas portadoras de deficiência e sociedade civil organizada**. dezembro de 2001, 347p.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. **Lazer, atividades físicas e esportivas para portadores de deficiência**. 2001, 208 p.

_____. Projeto de Lei. **Estatuto da pessoa com deficiência**. 2008, 121 p.

CODEC, Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Criciúma. **Apreendendo com as diferenças das pessoas com deficiência**. Santa Catarina: CODEC, 2010. 42 p.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. GIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. 158 p.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva** – 2. ed. São Paulo: 2007, 165 p.

KIRCHNER, Barbara; GOLFIERI, Márcia. Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de. ; VITAL, Flávia Maria de Paiva (coordenação). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: Secretaria dos direitos humanos, 2008. p. 99-102.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). **A Integração da pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, 103 p.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, 318 p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996. 177 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flávia Maria de Paiva (coordenação). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: Secretaria dos direitos humanos, 2008. p. 83-85.

SCHIRMER, Carolina R. [et al.]. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 130 p.

SORRI- BRASIL. Construindo um mercado de trabalho inclusivo: guia prático para profissionais de recursos humanos/ por Tais Suemi Nambu, revisão de Maria Salete Fábio Aranha - São Paulo: SORRI-BRASIL. Brasília: CORDE, 2007. 52 p.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTINÁRIO PARA OS PROFESSORES:

1. Os ambientes para a prática da Educação Física tem uma arquitetura inclusiva?

() Sim () Não

2. Existe algum projeto para reformar estes ambientes, de forma a torná-los acessíveis?

() Sim () Não

3. Você como professor preocupa-se com a inclusão de alunos com deficiência nas suas aulas de Educação Física incentivando a participação deste na sua aula?

() Sim () Não () Às vezes

4. Os alunos com deficiência física participam das aulas práticas de Educação Física?

() Sim () Não () Às vezes

5. Os alunos com deficiência física possuem auxílio educacional de professores auxiliares durante a aula de Educação Física?

() Sim () Não () Às vezes

6. A escola promove palestras para a comunidade escolar sobre o tema da inclusão?

Sim Não

7. Na aula de Educação Física a escola possui materiais adaptados para que os alunos com deficiência possam realizar a prática?

Sim Não Alguns materiais

8. Existe uma disponibilização de capacitação profissional para os professores?

Sim Não

ANEXOS



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO –
UNA HCE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC faz parte da matriz curricular do Curso de Educação Física - Licenciatura da UNESC, portanto é requisito para a conclusão do mesmo.

Neste sentido apresentamos o(a) acadêmico(a) Fernanda de Melo Barcelos da 8ª fase, do curso e solicitamos sua autorização para realizar a pesquisa (coleta de dados) em sua instituição.

Informamos que é mantida a ética da pesquisa, resguardando o nome da instituição e dos participantes, para que sejam fidedignas as respostas, a pesquisa atinja seus objetivos e tenha validade científica.

Agradecemos pela sua atenção e contribuição com o desenvolvimento da ciência.

Atenciosamente,

Prof. Luiz Afonso dos Santos

Coordenador do TCC do Curso de Educação Física – Licenciatura.

Criciúma _____ de _____ de 20__.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – UNA
HCE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TEMA: Acessibilidade e inclusão de deficientes Físicos nas Aulas de Educação Física no Município de Sombrio.

OBJETIVO: Analisar a infra-estrutura das escolas públicas do município de Sombrio no que se refere à acessibilidade para os alunos com deficiência física.

Por favor, leiam atentamente as instruções abaixo antes de decidir se deseja participar do estudo.

O projeto Tema: “acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas aulas de Educação Física no município de Sombrio” deseja investigar a infra-estrutura da escola no que se refere à acessibilidade para alunos com deficiência física. Justifica-se este projeto pela necessidade de novas evidências científicas para formação de professores.

1. Será realizado um questionário com os pesquisados, sendo os pesquisadores o orientador e o orientando.
2. Participarão do estudo apenas os voluntários selecionados que devolverem o termo de consentimento informado, autorizando a sua participação no estudo de forma voluntária.
3. Se houver alguma dúvida a respeito, favor contatar com a professora coordenadora da pesquisa professora Maria Neiva Mezari Borges, pelo telefone (48) 34336267 ou pelo endereço eletrônico mmb@unesc.net ou com o orientando(a) pelo telefone (48) 99774804 ou pelo endereço eletrônico femelobarcelos@hotmail.com.
4. O participante terá liberdade de encerrar a sua participação a qualquer momento no projeto, ficando apenas com o compromisso de comunicar um o responsável pelo projeto de sua desistência, para que a pesquisa não seja prejudicada.
5. Caso concorde em participar desta pesquisa realizando as avaliações e o período de treinamento proposto pelo estudo, assine e entregue ao responsável este termo de consentimento. Este consentimento será arquivado juntamente com as demais avaliações.

Antecipadamente agradecemos a colaboração.

Prof. Maria Neiva Mezari Borges
Coordenador da pesquisa

Orientando Fernanda de Melo Barcelos
Responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa

Eu, _____ declaro-me ciente das informações sobre o estudo “Acessibilidade e inclusão de deficientes Físicos nas Aulas de Educação Física no Município de Sombrio” e concordo em participar como voluntário.

Assinatura do pesquisado (a)

Data: 24/10/2011.